

Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da administração

1. Mensagem da administração

A administração da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de janeiro de 2019 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Fase pré-operacional

A Companhia encontra-se em fase de construção da sua linha de transmissão e conforme contrato de concessão, tem previsão de entrar em operação comercial em março de 2024.

(b) Financiamento com o Banco da Amazônia S.A.

No dia 30 de outubro de 2020 a Companhia assinou contrato para obtenção de financiamento via Cédula de Crédito Bancário (CCB) com o Banco da Amazônia S.A. no valor total de R\$ 800.000 destinados à implantação do sistema de transmissão da Companhia.

Sobre o total da dívida incidirá a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC), composta pelo Fator de Atualização Monetária (FAM) e pelo Componente Prefixado da TFC de aproximadamente 1,3% ao ano. A dívida resultante do CCB será paga em 252 prestações mensais e sucessivas, sendo a primeira prestação no dia 15 de novembro de 2023 e as demais prestações sempre no dia 15 dos meses subsequentes, vencendo-se a última prestação em 15 de novembro de 2044.

Em janeiro de 2022, a Companhia recebeu a segunda parcela referente ao segundo desembolso no montante de R\$ 117.021 mil. Em junho de 2022, ocorreu o terceiro desembolso no valor de R\$ 134.229 mil e o desembolso final, no valor de R\$ 169.432 mil ocorreu em duas parcelas, em novembro e dezembro de 2022. O total do desembolso no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 420.682 mil. Ao final de 2022 a totalidade do contrato de financiamento foi desembolsado.

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia recebeu aportes que foram integralizados, no valor total de R\$ 29.103 mil.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, funcionando de forma não permanente, é composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos conselheiros, as atribuições e os poderes conferidos por lei.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da

Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 6.2, 10 e 18 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Companhia para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;ii) a avaliação das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, definição da margem de construção e O&M, definição da taxa de desconto e taxa de inflação projetada utilizadas na modelagem inicial do ativo de contrato;iii) avaliamos a atualização da contraprestação variável em função do impacto da atualização das taxas de inflação realizadas incidentes sobre a Receita Anual Permitida (RAP).v) realizamos o acompanhamento orçamentário com os gastos incorridos, para identificação de eficiência ou ineficiência a ser contabilizada por competência, evi) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.124	23.019
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	119.678	-
Ativo de contrato	10	150.777	49.273
Impostos e contribuições a recuperar		10.923	1.342
Pagamentos antecipados		-	561
Outros ativos		607	248
Total do ativo circulante		283.109	74.443
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	68.661	205.924
Ativo de contrato	10	2.040.507	1.154.444
Total do realizável a longo prazo		2.109.168	1.360.368
Total do ativo não circulante		2.109.168	1.360.368
Total do ativo		2.392.278	1.434.811
Fornecedores	11	29.593	30.739
Financiamento	12	5.459	6.522
Debêntures	13	24.177	-
Impostos e contribuições a recolher		4.981	4.668
Pis e Cofins diferidos	14	13.947	4.558
Contas a pagar	12/13	4.863	4.863
Total do passivo circulante		83.020	51.350
Financiamento	12	786.879	327.273
Debêntures	13	223.709	218.369
Pis e Cofins diferidos	14	188.747	106.786
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	280.699	158.450
Contas a Pagar	12/13	30.362	40.363
Total do passivo não circulante		1.510.396	851.241
Total dos passivos		1.593.417	902.591
Capital social	17 (a)	254.475	225.372
Reserva de lucros	17 (b)	544.387	306.849
Total do patrimônio líquido		798.862	532.220
Total do passivo e patrimônio líquido		2.392.278	1.434.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	18	896.217	855.228
Custo de construção	19	(482.076)	(460.000)
Outros		(2)	(509)
Custos operacionais		(482.078)	(460.509)
Lucro bruto		414.139	394.719
Serviços de terceiros		(108)	(98)
Outros		(231)	(412)
Despesas operacionais		(339)	(509)
Resultado antes das despesas financeiras		413.800	394.209
Receitas financeiras	20	17.785	5.983
Despesas financeiras	20	(71.798)	(41.144)
Resultado financeiro		(54.013)	(35.161)
Resultado antes dos impostos		359.788	359.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(122.249)	(122.324)
Imposto de renda e contribuição social		(122.249)	(122.324)
Lucro líquido do exercício		237.538	236.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	237.538	236.724
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	237.538	236.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Retenção lucros	Lucros a realizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2020		49.962	3.137	50.241	16.747	-	120.087
Aumento de capital por meio de integralização do AFAC	22 (a)	175.410	-	-	-	-	175.410
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	236.724	236.724
Reserva legal	17 (b)	-	11.836	-	-	(11.836)	-
Reserva de lucros a realizar	17 (b)	-	-	-	56.222	(56.222)	-
Retenção de retenção de lucros	17 (b)	-	-	168.666	-	(168.666)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		225.372	14.973	218.907	72.969	-	532.220
Aumento de capital por meio de integralização do AFAC	22 (a)	29.103	-	-	-	-	29.103
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	237.538	237.538
Reserva legal	17 (b)	-	11.877	-	-	(11.877)	-
Reserva de lucros a realizar	17 (b)	-	-	-	56.415	(56.415)	-
Retenção de retenção de lucros	17 (b)	-	-	169.246	-	(169.246)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		254.475	26.850	388.153	129.384	-	798.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		237.538	236.725
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	122.249	122.324
- Juros, correção monetária e custo de transação s/ debêntures e financiamento		71.161	40.319
- PIS E COFINS diferido	18	91.350	87.167
		522.298	486.534
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(119.678)	808
- Impostos e contribuições a recuperar		(9.581)	(1.108)
- Outros ativos		200	525
- Fornecedores		(1.146)	(9.613)
- Contas a pagar partes relacionadas	22	-	(16.874)
- Contas a Pagar	12 (a)	(10.001)	(1.206)
- Impostos e contribuições a recolher		314	1.757
Caixa gerado pelas atividades operacionais		382.406	460.823
Financiamentos - pagamento de juros	12	(3.782)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		378.624	460.824
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		137.263	(205.924)
Ativo de contrato - construção	10	(987.567)	(942.342)
Caixa utilizado nas das atividades de investimento		(850.304)	(1.148.266)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	22 (a)	29.103	151.425
Custo de transação	12/13	-	(41.040)
Financiamentos - captação	12	420.682	379.317
Debêntures - captação	13	-	220.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		449.785	709.702
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(21.895)	22.259
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	23.019	760
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		1.124	23.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota		Página
Base de preparação		
1.	Contexto operacional	15
2.	Base de preparação	16
3.	Moeda funcional e moeda de apresentação	16
4.	Uso de estimativas e julgamentos	16
Políticas contábeis		
5.	Base de mensuração	16
6.	Principais políticas contábeis	17
7.	Novas normas e interpretações ainda não efetivas	24
Ativos		
8.	Caixa e equivalentes de caixa	25
9.	Títulos e valores mobiliários	25
10.	Ativo de contrato	26
Passivos e Patrimônio Líquido		
11.	Fornecedores	26
12.	Financiamento	26
13.	Debêntures	28
14.	PIS e COFINS diferidos	29
15.	Imposto de renda e contribuição social diferidos	30
16.	Provisões e passivos contingentes	30
17.	Patrimônio líquido	30
Desempenho do ano		
18.	Receita operacional líquida	31
19.	Custo de construção	31
20.	Resultado financeiro	32
Tributos sobre o lucro		
21.	Imposto de renda e contribuição social	32
Outras informações		
22.	Transações com partes relacionadas	32
23.	Gestão de riscos financeiros	33
24.	Cobertura de seguros	35

1 Contexto operacional

A Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de janeiro de 2019 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

A Companhia encontra-se em fase de construção da sua linha de transmissão e conforme contrato de concessão, tem previsão de entrar em operação comercial em março de 2024, a expectativa da Companhia é antecipar o prazo estabelecido no contrato de concessão e entrar em operação em maio de 2023. Durante esta fase pré-operacional, dependerá dos aportes de capital de seu acionista e/ou de financiamento obtido junto às instituições financeiras, até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto.

No dia 27 de fevereiro de 2020 por meio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo Redes) até então acionista da Companhia, transferiu 100% das ações para a Celeo Redes Expansões S.A. (Celeo Expansões). Em contrapartida a Celeo Expansões emitiu ações e transferiu para a Celeo Redes.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é controlada pela Celeo Expansões.

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão N° 16/2019 (“Contrato”), para o períodos de 30 anos, tem como objetivo: instalações de transmissão nos estados do Pará e do Amazonas, compostas pela (i) linha de transmissão Oriximiná - Juruti, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 138 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Juruti, (ii) pela linha de transmissão Juruti - Parintins, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 102 km, com origem na subestação Juruti e término na subestação Parintins, (iii) pelo pátio novo de 230 kV na subestação Oriximiná, (iv) pela subestação Juruti, (v) pela subestação Parintins 230/138/13,8 kV e (vi) e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O Contrato foi assinado no dia 22 de março de 2019 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 22 de março de 2049.

1.2 Receita Anual Permitida

A RAP estipulada no contrato de concessão para a Companhia é de R\$ 120.122.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) revisará a Receita Anual Permitida (“RAP”) da Companhia, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A RAP da Companhia é reajustada em cada ciclo pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”).

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 31 de março de 2023.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.2), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 6.5). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

6.1 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

iv.1 Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

i. Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

ii. Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

6.2 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O CPC 47 estabelece o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção (que varia entre 5% e 30%) de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem (que varia entre 20% e 25%) sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto (que varia entre 10% e 15%) definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia.

6.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.5 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

6.6 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (iv) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (v) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32).

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

		2022	2021
Conta corrente		1.110	1.080
Operações compromissadas	(a)	-	21.913
Aplicações automáticas		14	26
		1.124	23.019

- (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas atrelados ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações foi de 56% do DI com vencimento em janeiro de 2022.

A redução observada no exercício refere-se ao resgate para cumprimento das suas obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram geradas pela emissão das debêntures e do financiamento, conforme nota explicativa 12 e 13.

9 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras em 2022 foi de 102,17% do DI com vencimento entre agosto e dezembro de 2023.

ii. Não circulante

Para fins de garantia do contrato de financiamento, a Companhia deverá constituir e manter, durante todo o período de amortização da operação, conta reserva, depositando valores equivalentes ao saldo mínimo de 6 (seis) parcelas dos subcreditos A e B e 3 (três) parcelas referente ao subcredito C, o que inclui pagamentos de amortização do principal, atualização monetária e dos juros.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantinha recursos no valor de R\$ 68.661 aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco da Amazônia. A taxa de indexação dessa aplicação é de 98,7% do DI com vencimento entre novembro de 2023 e julho de 2024.

10 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	1.203.717	261.375
Receita de construção	987.567	942.342
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	2.191.284	1.203.717

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	150.777	49.273
Não circulante	2.040.507	1.154.444
	2.191.284	1.203.717

11 Fornecedores

	2022	2021
Materiais e serviços	29.593	30.739
	29.593	30.739

12 Financiamento

Financiamento	392.476	-
Custo de transação	(58.681)	-
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	333.795	-
Captação	420.682	379.317
Juros	39.076	13.159
Amortização - Juros	(3.782)	-
Custo de transação	-	(59.750)
Amortização - custo de transação	2.567	1.069
Financiamento	848.452	392.476
Custo de transação	(56.114)	(58.681)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	792.338	333.795

A Companhia assinou no dia 30 de outubro de 2020 uma Cédula de Crédito Bancário ("CCB") com o Banco da Amazônia S.A (BASA), tendo como Avalistas a Celeo Redes Brasil e a Celeo Redes Expansões (Avalistas), cujos recursos da CCB se destinam à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1.

O valor total do financiamento foi de R\$ 800.000 divididos em 3 (três) subcréditos e totalmente liberado em 4 (quatro) parcelas entre 15 de junho de 2021 e 05 de dezembro de 2022.

Durante o exercício de 2022 houve o desembolso de R\$ 420.682.

Sobre o total da dívida incidirá a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC), composta pelo Fator de Atualização Monetária (FAM) e pelo Componente Prefixado da TFC de aproximadamente 1,3% ao ano. A dívida resultante da CCB possui fluxo de pagamentos mensais de encargos a partir de 15 de novembro de 2022 e de amortização de principal a partir de 15 de novembro de 2023 até o vencimento em 15 de novembro de 2044.

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	5.459	6.522
Não circulante	786.879	327.273
	792.338	333.795

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2022
Em 2024	5.061
Em 2025	8.097
Em 2026	11.134
A partir de 2027	762.587
	786.879

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) não constituir reserva na forma estabelecida no contrato; (b) redução do capital social após a implantação do projeto para valor inferior a 30% do saldo devedor da CCB; (c) contratação de novos endividamentos sem autorização prévia e expressa do BASA (exceto pela emissão de debêntures já autorizada pelo banco; (d) cisão, fusão ou incorporação da emitente sem a prévia autorização do BASA; (e) descumprimento da destinação do crédito concedido por meio da CCB; (f) manter o Índice de Cobertura do Serviço da dívida (ICSD) mínimo de 1,3 (um inteiro e três décimos), apurados em balanço anual auditado a partir do pagamento de 12 (doze) meses de parcela de principal da dívida.

- (a) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção do financiamento. A contra partida foi reconhecida no passivo circulante e não circulante na rubrica de contas a pagar.

13 Debêntures

Debêntures	(a)	245.353	-
Custo de transação	(b)	(26.984)	-
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020		218.369	-
Captação		-	220.000
Juros apropriados		28.411	25.353
Custo de transação		-	(27.722)
Amortização - custo de transação		1.107	738
Debêntures	(a)	273.764	245.353
Custo de transação	(b)	(25.877)	(26.984)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		247.887	218.369

- (a) A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de abril de 2021 destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total captado foi de R\$ 220.000, sendo R\$ 219.880 disponibilizado para a Companhia em abril de 2021 e R\$ 120 em maio de 2021. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 5,6904% ao ano. As debêntures possuem fluxo de pagamentos semestrais de juros a partir de 15 de abril de 2023 e de principal a partir de 15 de abril de 2024 até o vencimento em 15 de abril de 2046.
- (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção das debêntures. A contra partida foi reconhecida no passivo circulante e não circulante na rubrica de contas a pagar.

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	24.177	-
Não circulante	223.709	218.369
	247.887	218.369

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2022
Em 2024	3.184
Em 2025	4.634
Em 2026	3.252
A partir de 2027	212.639
	223.709

As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia e/ou a Fiadora seja a incorporada) ou incorporação de ações da Companhia e/ou da Fiadora, ou qualquer forma de reestruturação ou reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou a Fiadora; (b) realização de resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia, bem como distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão, caso (i) a Companhia e/ou a Fiadora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; (ii) tenha ocorrido e esteja vigente qualquer evento de Inadimplemento; e/ou (iii) não tenha sido observado ICSD igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício imediatamente anterior; (c) redução no capital social da companhia, exceto se autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; (d) não observância, pela Companhia, por mais de 2 vezes consecutivas e/ou por mais de 4 vezes intercaladas, do ICSD, que deverá ser igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), a ser apurado pela Companhia anualmente, tendo por base as Demonstrações Financeiras da Companhia, a partir de 31 de dezembro de 2024.

14 PIS e COFINS diferidos

	2022	2021
PIS	36.156	19.861
COFINS	166.538	91.483
	202.694	111.344

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

	2022	2021
Circulante	13.947	4.558
Não circulante	188.747	106.786
	202.694	111.344

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Imposto de renda	206.396	116.507
Contribuição social	74.303	41.943
	280.699	158.450

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e estão demonstradas a seguir:

	2022	2021
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	280.699	158.450
	280.699	158.450

16 Provisões e passivos contingentes

A Companhia não possui processos com chances prováveis e possíveis de perdas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, ocorreu aporte de capital por meio de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 29.103 e R\$ 175.410, respectivamente, conforme nota explicativa 22.

Após o aporte supracitado em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 254.475 (R\$ 225.372 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 254.475.000 ações ordinárias (225.372.000 em 31 de dezembro de 2021) no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R\$ 11.877 e R\$ 11.836, respectivamente.

ii. Reserva de lucros a realizar

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

A Companhia está em fase de construção. Desta forma, foi destinado para a reserva de lucros a realizar o montante de dividendos mínimos obrigatório que será pago no momento em que a Companhia iniciar sua operação.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R\$ 56.415 e R\$ 56.222, respectivamente.

iii. Reserva de retenção de lucros

O montante do lucro líquido após as destinações legais são reconhecidas nessa conta, mediante aprovação dos acionistas.

Foi destinado para reserva de retenção de lucros o excesso de dividendos mínimo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R\$ 169.246 e R\$ 168.666, respectivamente.

(c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

De acordo com o item (b), a Companhia destinou para a reserva de lucros a realizar o montante de dividendos mínimos obrigatórios.

18 Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita de construção	987.567	942.395
Receita bruta	987.567	942.395
PIS e COFINS diferidos	(91.350)	(87.167)
Deduções da receita	(91.350)	(87.167)
	896.217	855.228

19 Custo de construção

	2022	2021
Serviços	(337.675)	(158.000)
Máquinas, equipamentos e materiais	(122.233)	(283.608)
Meio ambiente	(54)	(1.670)
Fundiário	(22.114)	(16.722)
	(482.076)	(460.000)

20 Resultado financeiro

	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	17.660	5.913
Outras receitas	125	70
Receitas financeiras	17.785	5.983
Juros das debêntures	(28.411)	(25.353)
Juros do financiamento	(39.076)	(13.159)
Outras despesas	(4.312)	(2.632)
Despesas financeiras	(71.798)	(41.144)
	(54.013)	(35.161)

21 Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Resultado antes dos impostos	359.787	359.048
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	(122.328)	(122.077)
(Adições) / Exclusões	79	(247)
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota efetiva	(122.249)	(122.324)
Alíquota efetiva	34%	34%

22 Transações com partes relacionadas

(a) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020			23.985
Aporte		29.103	151.425
Aumento de capital por meio de integralização do AFAC	(i)	(29.103)	(175.410)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		-	-

- i. Conforme descrito na nota explicativa 17 (a) o saldo refere-se a integralização do AFAC em capital social.

(b) Transações comerciais

		2022		2021	
		Passivo	Custo	Passivo	Custo
Elecnor	(i)	-	(257.780)	-	(99.000)
		-	(257.780)	-	(99.000)

- i. Refere-se ao custo com a Elecnor do Brasil Ltda (Elecnor). A Elecnor é a empresa responsável pela construção das linhas de transmissão da Companhia.

(c) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes e outras empresas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do Grupo Celeo.

23 **Gestão de riscos financeiros**

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como os riscos (i) de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. O Grupo não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno adequado aos acionistas e demais partes interessadas, além de ajustar sua estrutura de capital com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(a) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(23.072)	(17.304)	(11.536)
Financiamento	Aumento IPCA	42.073	31.555	21.037
Debentures	Aumento IPCA	13.163	9.872	6.581

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (12,25% e 5,31%) foi considerada conforme relatório Focus de 30/12/2022.

(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

24 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros era composta por R\$ 56.348 para danos materiais com vigência de 22 de março de 2019 a 17 de dezembro de 2024.

José Mauricio Scovino de Souza
Diretor

Marcus Hansen Balata
Diretor

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8